

Título original:  
*Cidade e Império.*  
*Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais*

© os autores dos textos e Edições 70 (ver págs. 7-8)

Capa de FBA

Depósito Legal n.º 366328/13

**Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação**

CIDADE E IMPÉRIO

Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações  
Pós-Coloniais/ org. Nuno Domingos, Elsa Peralta-  
- (História & sociedade ; 12)  
ISBN 978-972-44-1768-4

I - DOMINGOS, Nuno, 1976-  
II - PERALTA, Elsa

CDU 94(469-44)\*19"  
325  
316

Paginação: †  
M/A

Impressão e acabamento:  
PENTAEDRO, L.D.A.  
para  
EDIÇÕES 70, L.D.A.  
Outubro de 2013

Direitos reservados para todos os países de Língua Portuguesa  
por Edições 70

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.  
Avenida Fontes Pereira de Melo, 31 – 3.º C – 1050-117 Lisboa / Portugal  
e-mail: geral@edicoes70.pt

[www.edicoes70.pt](http://www.edicoes70.pt)

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,  
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,  
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.  
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível  
de procedimento judicial.

# **CIDADE E IMPÉRIO**

## **DINÂMICAS COLONIAIS E RECONFIGURAÇÕES PÓS-COLONIAIS**

**NUNO DOMINGOS E ELSA PERALTA**  
**ORGS.**

**70**

# Índice

## INTRODUÇÃO

|  |    |
|--|----|
| A Cidade e o Colonial<br><i>Nuno Domingos/Elsa Peralta</i> . . . . . | IX |
|--|----|

## PARTE I CIDADES COLONIAIS: TRABALHO, TERRITÓRIO E ESTADO

|  |     |
|--|-----|
| Cidades em Angola: construções coloniais e reinvenções africanas<br><i>Isabel Castro Henriques/Miguel Pais Vieira</i> . . . . .          | 7   |
| A desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão-de-obra em Lourenço Marques<br><i>Nuno Domingos</i> . . . . . | 59  |
| Cidades coloniais: fomento ou controlo?<br><i>Diogo Ramada Curto/Bernardo Pinto Da Cruz</i> . . . . .                                    | 113 |
| Poder e a paisagem social em mudança na Mueda, Moçambique<br><i>Harry G. West</i> . . . . .  | 167 |

## PARTE II REPRESENTAÇÕES DO IMPÉRIO: DISCURSOS METROPOLITANOS, CIRCULAÇÕES E MEMÓRIAS

|   |     |
|---|-----|
| As ruínas das cidades: história e cultura material do Império Português da Índia (1850-1900)<br><i>Filipa Lowndes Vicente</i> . . . . . | 227 |
|---|-----|

|   |     |
|---|-----|
| Lisboa, capital do império. Trânsitos, afiliações, transnacionalismos<br><i>Manuela Ribeiro Sanches</i> . . . . .                                   | 279 |
| «A juventude pode ser alegre sem ser irreverente». O concurso <i>Yé-yé</i> de 1966-67 e o luso-tropicalismo banal<br><i>Marcos Cardão</i> . . . . . | 319 |
| A composição de um complexo de memória: O caso de Belém, Lisboa<br><i>Elsa Peralta</i> . . . . .  | 361 |

PARTE III  
DESDOBRAMENTOS PÓS-COLONIAIS:  
CONTINUIDADES E RUTURAS

|   |     |
|---|-----|
| A barraca pós-colonial: materialidade, memória e afeto na arquitetura informal<br><i>Eduardo Ascensão</i> . . . . .                                       | 415 |
| «Fomos conhecer um tal de Arroios»: Construção de um lugar na imigração brasileira em Lisboa<br><i>Simone Frangella</i> . . . . .                         | 463 |
| Um lugar estrutural? Legados coloniais e migrações globais numa rua em Lisboa<br><i>José Mapril</i> . . . . .   | 503 |
| A colónia, a metrópole e o que veio depois dela: para uma história da construção política do trabalho doméstico em Portugal<br><i>Nuno Dias</i> . . . . . | 525 |
| Lisboa redescobre-se. A governança da diversidade cultural na cidade pós-colonial. A <i>Scenescape</i> da Mouraria<br><i>Nuno Oliveira</i> . . . . .      | 557 |
| NOTAS BIOGRÁFICAS . . . . .   | 603 |
| ÍNDICE REMISSIVO . . . . .  | 609 |
| ÍNDICE GEOGRÁFICO . . . . .   | 619 |
| ÍNDICE ONOMÁSTICO . . . . .   | 625 |

## A Cidade e o Colonial

Este livro analisa o modo como as sociedades coloniais do antigo Império português se constituíram, tomando as cidades como unidades de investigação. Um dos seus principais argumentos diz respeito à força dos mecanismos da reprodução social e política. Ou seja, a inércia de muitos hábitos e de várias estratégias de dominação concretizou-se não só num conjunto de espaços e temporalidades diferentes, mas acabou por extravasar o tempo colonial e chegar até à atualidade. Neste sentido, a cidade configura-se como um objeto de investigação a partir do qual é possível colocar uma série de problemas acerca da constituição de sociedades coloniais – incluindo nelas as suas metrópoles ou capitais – e da maneira como os seus princípios de organização se reproduzem em contextos pós-coloniais.

O caso português é passível de interpretação no contexto de processos sociais largos que caracterizam tanto o período colonial, como o pós-colonial. Não o entendemos, desta forma, como uma exceção. O discurso da excecionalidade suportou uma ideologia estatal, apoiada por teorias académicas que acabaram por permanecer. Hoje, em Portugal, em práticas quotidianas, na cultura popular, em políticas institucionais, em livros de história, nos museus, na produção ideológica mas também na própria geografia das cidades, esse passado é ainda visível e continua a servir de grelha de conhecimento na mediação das

relações sociais, na materialidade e na imaginação dos entendimentos comuns produzidos sobre o «outro».

O estudo do urbano permite identificar o modo como a dinâmica de urbanização colonial e pós-colonial no espaço português se integra num conjunto de tendências estruturais que acompanha a formação de uma economia globalizada, de um sistema-mundial, perceptível no quadro do funcionamento de uma divisão internacional do trabalho e da produção, em lógicas de estratificação social. Nas cidade, tais tendências ganham uma tradução espacial evidente e que, no universo colonial, foram caracterizadas por poderosos processos de racialização e categorização que instituíram formas de cidadania desiguais. É na cidade que a ordem espacial dos projetos e imaginações imperiais é concretizada. E são as cidades dos impérios e das metrópoles que operam como centros de poder e conexão da intrincada rede de relações e de trocas que está na base do sistema-mundial vigente, também ele criado pelo colonialismo. As cidades coloniais constituem-se como centros de administração e de poder colonial e como locais de fluxo de bens e de serviços. São importantes locais de transferência da cultura imperial e capitalista moderna para novos espaços, muito contribuindo para a reprodução de ordens ideológicas, económicas e culturais e de controlo de populações. Não obstante, tal como noutros contextos, o urbano colonial e pós-colonial governado por Portugal foi e é também um espaço de criação de autonomias, de projetos e resistências, de circulação de pessoas, hábitos, ideias, de apropriação e adoção de práticas e representações.

É este mundo urbano complexo que os textos deste livro, adotando olhares e perspetivas distintas, procuram descrever. Nesta dinâmica, o colonial impõe-se como uma relação de poder, dominado por princípios de exploração económica, apresentando uma cultura própria, assente em formas de dominação prática e simbólica que engendraram sociedades profundamente desiguais, mas onde indivíduos e grupos se apropriaram de recursos, promoveram sociabilidades, reinventaram formas de vida e aspiraram a outras. Assim, este livro trata de dinâmicas presentes nos espaços urbanos do Império português

e o modo como estes se estendem por intermédio de práticas e representações, para lá da fronteira cronológica do Império. Assumindo esta unidade de análise, que permite localizar um objeto e problematizá-lo, o caso imperial português oferece um exemplo da constituição de uma sociedade colonial urbana e da sua projeção pós-colonial.

O quadro colonial português, não criando uma exceção, garantiu a este processo comum especificidades e um ritmo próprio de evolução. Tal dinâmica é observável na própria organização urbana, no edificado, na transmissão de hábitos, costumes e crenças. Mas também no nível do desenvolvimento económico, na capacidade do Estado em regular a urbanização, nas ações políticas de governo – no último período colonial, muito influenciadas pelo quadro de evolução do fascismo português – e ainda numa certa tradução simbólica e identitária que se torna operativa em diversos quadros de relação contemporânea, como alguns dos capítulos neste volume procuram identificar. A constituição de sociedades urbanas coloniais no contexto da expansão portuguesa estabelece-se como índice evidente da própria estrutura do poder colonial e da sua evolução. A sua análise, noutra sentença, cria um *corpus* que permite a comparação com outros casos. O mesmo sucede com as múltiplas faces da experiência pós-colonial, desde a integração das populações imigrantes até às políticas oficiais de memória imperial, passando pela sua representação nos formatos da cultura popular.

Este tipo de análise processual possibilitou-nos pensar para lá das fronteiras de uma história política definida nacionalmente, mas sem excluir da análise os momentos de mudança impostos por uma narrativa nacional. Assim sendo, interessava perceber as lógicas de continuidade das relações de poder entre o colonial e o pós-colonial, colocando em evidência o seu lado estrutural, inscrito, no tempo longo, sob a forma de um sistema de organização das relações de poder que vivem tanto nas instituições como nos corpos e nas representações. Por fim, a territorialização urbana destas relações oferece um espaço de análise para interpretar o modo como as lógicas de organização

social se manifestam no quotidiano. A uma escala de análise mais reduzida interessava compreender as estratégias e intenções dos indivíduos que, se reforçavam a reprodução de relações de poder, também as ajudavam a transformar.

### O espaço urbano do Império português

As cidades coloniais foram investigadas pela sua singularidade. Berço de uma nova organização, o espaço urbano proporcionou um laboratório experimental com questionamentos próprios, que atravessaram as ciências sociais e que se institucionalizaram em universidades, departamentos e publicações. A pesquisa sobre cidades coloniais em África acabou por conquistar um espaço próprio, indiscutivelmente ligado à própria evolução do colonialismo e depois dos estudos pós-coloniais.

A mesma investigação sobre cidades coloniais foi integrada nas histórias da expansão europeia, a partir do século xv. Neste quadro, o etnocentrismo da análise conduziu a uma marginalização do passado não europeu de muitas destas cidades, impondo uma cronologia restrita, iniciada com a chegada europeia e que se prolongava na descrição das ações dos europeus, das suas edificações, do seu urbanismo e arquitectura. O caso português não foi uma exceção. Nenhum outro continente terá sofrido tanto do esquecimento histórico do seu passado como a África. A recuperação do estudo das cidades africanas pré-coloniais revelou a sua história rica e complexa, como é notado neste volume pelos textos de Isabel Castro Henriques e Miguel Pais Vieira e de Harry G. West<sup>(1)</sup>. Tal demonstração vincava

---

(1) Elia M'Bokolo, *L'Afrique Noire. Histoire et Civilisation*, 2 vols. (Paris: Hatier, 1992); Catherine Coquery-Vidrovitch, *Histoire des Villes d'Afrique Noire. Des Origines à la Colonisation* (Paris: Albin Michel, 1993); Bill Freund, *The African City. A History* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007).

ainda mais o significado da transformação urbana decorrente da chegada do colonizador europeu<sup>(2)</sup>.

(<sup>2</sup>) Existe uma tradição bem estabelecida de investigação da cidade colonial no contexto da formação histórica do imperialismo. Desde os primeiros estudos coloniais, como o trabalho Orde Browne, *The African Labourer* (Oxford: Oxford University Press, International African Institute, 1933), passando pelo estudo sobre o Copperbelt de J. Merle Davies (org.), *Modern Industry and the African* (London: Macmillan, 1933), e pelos clássicos do Rhodes Livingstone Institute e da Universidade de Manchester, sob a figura tutelar de Max Gluckman: Max Gluckman, «An Analysis of a Social Situation in Modern Zululand», *Bantu Studies*, vol. 14, n.º 1 (1940); Godfrey Wilson, *An Essay on the Economics of Detribalization in Northern Rhodesia* (Livingstone: Rhodes-Livingstone Papers, números 5-6, 1941-42); J. C. Mitchell, *The Kalela Dance* (Manchester: Manchester University Press, 1956); *idem*, *Social Networks in Urban Situations: Analysis of Personal Relationships in Central African Towns* (Manchester: Institute for Social Research University of Zambia, Manchester University Press, 1969); A. L. Epstein, *Politics in an Urban African Community* (Manchester: Manchester University Press, 1958); Philip Mayer, *Townsmen or Tribesmen: Conservatism and the Process of Urbanization in a South African City* (Cape Town: Oxford University Press, 1961); Bruce Kapferer, *The Population of a Zambian Municipal Township* (Lusaka: Institute for Social Research, 1966). Neste período é também indispensável referir o trabalho de Georges Balandier, *Sociologies des Brazzavilles Noires* (Paris: Armand Colin, 1965). Mais recentemente há um conjunto de obras que interessará enumerar de um leque cada vez maior de referências de onde se destacará a obra da historiadora Catherine Coquery-Vidrovitch, «The Process of Urbanization in Africa: From the Origins to the Beginning of Independence», *African Studies Review*, vol. 34, n.º 1 (1991), pp. 1-98. De salientar também os trabalhos de Charles Van Onselen, *Chibaro: African Mine Labour in Southern Rhodesia 1900-1933* (London: Pluto Press, 1980); D. Simon, «Third World Colonial Cities in Context», *Progress in Human Geography*, vol. 8, n.º 4 (1984), pp. 493-514, R. Ross e G. Telkamp (orgs.), *Colonial Cities: Essays on Urbanism in a Colonial Context* (Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1985), N. Alsayyad (org.), *Forms of Dominance: On the Architecture and Urbanism of the Colonial Enterprise* (Aldershot: Avebury, 1992); Anthony King, *Urbanism, Colonialism and the World-Economy* (London and New York: Routledge, 1990); *idem*, *Colonial Urban Development: Culture, Social Power and Environment* (London: Routledge and Kegan Paul [1976] 1992). Em 1989 Michel Cahen organizou um volume sobre a realidade urbana na África lusófona: Michel Cahen (org.), *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone* (Paris: Harmattan, 1989).

Não é de estranhar que parte substancial da bibliografia sobre as cidades coloniais tivesse sido produzida pelas próprias potências imperiais. Tal realidade reforçou-se a partir do momento em que as potências europeias, nomeadamente na transição para o século XX, passaram a um regime de ocupação efetiva. Aos poderes coloniais interessava não apenas criar uma história glorificadora dos seus territórios e organizar inventários de legados materiais, mas também produzir um conhecimento útil à administração e à exploração do território e dos recursos, onde se incluíam as populações. Sobre estas interessava perceber as formas de vida, as hierarquias dos seus sistemas políticos, sociais e religiosos, fundamentais em modelos de administração indireta, identificar a disponibilidade da população para o trabalho, o que produziam e como o faziam, as suas crenças, o modo como se associavam. Este interesse instrumental evoluiu com o tempo, requerendo permanentemente novos saberes, métodos e técnicas, à medida que outros modelos de conhecimento se iam revelando obsoletos. A procura constante de novo conhecimento esteve na base do desenvolvimento de inúmeros campos científicos, motivados pelo investimento estatal e privado<sup>(3)</sup>. Oportunidades profissionais foram criadas, investigações prosseguidas, foram propostas novas teorias e construídos modelos interpretativos. No quadro de campos científicos muito dependentes do campo de poder, a ciência serviu para justificar a supremacia europeia, legitimando o atraso civilizacional das populações colonizadas e garantindo um caráter científico a conceções eurocêntricas e racistas sobre outros povos. Mas a necessidade de criar um conhecimento mais preciso sobre estes territórios conduziu também à acumulação de informação que hoje se revela indispensável para fazer a sua história. No âmbito das ciências sociais, as investigações coloniais sobre o mundo urbano tiveram uma influência significativa sobre a história de diversas disciplinas, como a antropologia e mesmo

(3) Frederick Cooper e Randall Packard (orgs.), *International Development and the Social Sciences* (Berkeley: University of California Press, 1997).

a sociologia<sup>(4)</sup>. No caso colonial português, como se refere no capítulo de Nuno Domingos, os estudos urbanos de teor antropológico e sociológico tardaram<sup>(5)</sup>. O primeiro trabalho desta

(4) Georges Steinmetz (org.), *Sociology and Empire: The Imperial Entanglements of a Discipline* (Durham, N.C.: Duke University Press, 2013). Os trabalhos dos antropólogos do Rhodes Livingstone Institute e da Universidade de Manchester, muito influenciados pela sociologia urbana, tornaram-se clássicos da análise antropológica do mundo urbano. A herança da tradição de onde provieram autores como Max Gluckman, J. Clyde Mitchell, A. L. Epstein, Bruce Kapferer é ainda hoje muito discutida, no quadro de trabalhos mais vastos sobre a relação da antropologia com os impérios. A este propósito veja-se: Talal Asad, *Anthropology and the Colonial Encounter* (London: Ithaca Press, 1973); Ulf Hannerz, «The View from the Copperbelt», *Exploring the City: Inquiries toward an Urban Anthropology* (New York: Columbia University Press, 1980), pp. 119-162; Adam Kuper, *Anthropology and Anthropologists: The Modern British School* (London: Routledge, 1996); James Ferguson, «Anthropology and its Evil Twin: 'Development' in the Constitution of a Discipline», in Frederick Cooper e Randall Packard (orgs.), *International Development and the Social Sciences: Essays on the History and Politics of Knowledge* (Berkeley: University of California Press, 1997), pp. 150-175; Lyn Schumaker, *Africanizing Anthropology: Fieldwork, Networks, and the Making of Cultural Knowledge in Central Africa* (Durham, N.C.: Duke University Press, 2001).

(5) Sobre as ciências sociais e a história em contexto colonial português, veja-se Ricardo Roque, *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia em 1895*, prefácio de Diogo Ramada Curto (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001); Diogo Ramada Curto, «O atraso historiográfico português», in Charles Boxer, *Opera Minora*, vol. III – *Historiografia / Historiography* (Lisboa: Fundação Oriente, 2002), pp. VII-LXXXVII; Rui Mateus Pereira, *Conhecer para Dominar. O Desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique, 1926-1959*, dissertação de Doutoramento em Antropologia, especialidade de Antropologia Cultural e Social (Lisboa: FCSH-UINL, 2005); Miguel Jerónimo, *Almas Negras e Corpos Brancos* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010); Frederico Ágoas, «Estado, universidade e ciências sociais: A introdução da sociologia da Escola Superior Colonial (1952-1972)», in Miguel Jerónimo (org.), *O Império Colonial em Questão* (Lisboa: Edições 70, 2012), pp. 317-348; Cláudia Castelo, «Ciência, Estado e Desenvolvimento no Colonialismo Português Tardio», in Miguel Jerónimo (org.), *O Império Colonial em Questão* (Lisboa: Edições 70, 2012), pp. 349-388.

natureza realizado sobre uma cidade tão importante como Lourenço Marques esteve a cargo de uma antropóloga sul-africana em 1956<sup>(6)</sup>.

As grandes cidades africanas distinguiam-se de uma tradição de inscrição urbana do colonialismo português<sup>(7)</sup>. Em África, esta foi marcada pela proeminência de um edificado militar, quase sempre costeiro, base de proteção para pequenos povoados, que sobreviviam de um comércio que pouco penetrava no interior dos territórios, mas que se constituíam como núcleos de trocas globais que incluíam o tráfico de escravos, dinâmica profundamente transformadora da demografia tanto dos territórios fornecedores, como daqueles que recebiam estes trabalhadores, dentro e fora do Império português<sup>(8)</sup>. Ao lado dos fortes militares e de outros edifícios de proteção impuseram-se também nestes frágeis cenários urbanos as construções religiosas, nomeadamente as igrejas – não fosse o catolicismo o veículo infraestrutural indispensável ao avanço imperial português. Muitas cidades coloniais cresceram à volta destes núcleos de organização social. Desde as cidades indianas, até às brasileiras, pelo Império português a matriz de um colonialismo nacional, efetivo, mas progressivamente ultrapassado pela força de metrópoles mais desenvolvidas, foi-se impondo sobre o território. A independência do Brasil, em 1822, tornou o continente africano objeto de uma colonização mais efetiva, que apenas se veio

<sup>(6)</sup> Hilary Flegg, *Age Structure in Urban Africans in Lourenço Marques*, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Witwatersrand (Joanesburgo: Witwatersrand University, 1961).

<sup>(7)</sup> José Mattoso (org.) *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, vol. 1 (Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2012)

<sup>(8)</sup> Michel Cahen (org.) *Bourgs et Villes...*; José Manuel Fernandes, «A Cultura das Formas: Urbanismo, Arquitectura, Artes», in Francisco Bethencourt e Kirtu Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4 (Lisboa: Temas e Debates, 2000) pp. 444-485; *idem*, «Arquitectura e Urbanismos no Espaço Ultramarino Português», in *idem*, vol. 5 (Lisboa: Temas e Debates, 2000), pp. 334-383; Isabel Castro Henriques, *Território e Identidade: A Construção da Angola Colonial (1872-1926)* (Lisboa: Cadernos Clio, 2004).

a sentir mais próximo do final do século XIX, no contexto da viragem europeia para África. Se, numa primeira fase, persistiu uma ocupação urbana mais típica, mais tarde, nomeadamente na transição para o século XX, começaram a erguer-se espaços urbanos, com populações maiores e infraestruturas diversas<sup>(9)</sup>.

As pesquisas coloniais urbanas situavam-se nestas grandes cidades africanas. Eram centros com um largo número de colonos, com múltiplas atividades económicas e milhares de trabalhadores, lugares de possível subversão que necessitavam de ser controlados. Num período de «modernização colonial» mas também de tensão política e militar era necessário conhecer melhor estas cidades, para dominar de modo mais lato as lógicas do ordenamento do território e da integração social, fosse por meios modernos de gestão, ou pela violência sobre as populações, como nos revela o texto de Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz<sup>(10)</sup>.

Quando, na sequência do 25 de Abril de 1974, golpe militar revolucionário diretamente relacionado com a evolução das guerras em África, se iniciou um processo de descolonização, a herança da experiência colonial urbana em cidades como Lourenço Marques e Luanda parecia provar, no quadro do colonialismo efetivo de Novecentos, a ausência de uma excecionalidade

---

<sup>(9)</sup> José Manuel Fernandes, «Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura», in José Mattoso (org.) *Património de Origem Portuguesa no Mundo, África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Filipe Themudo Barata (coord.) (Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2012), pp. 214-216.

<sup>(10)</sup> Estas eram as preocupações que motivaram a renovação de uma ciência colonial também focada nos centros urbanos. Note-se a este propósito as seguintes obras paradigmáticas: António Rita-Ferreira, *Os Africanos de Lourenço Marques* (Lourenço Marques: Separata das Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1967-1968); Amadeu Castilho Soares, *Política de Bem-estar Rural em Angola* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, «Estudos de Ciências Políticas e Sociais», n.º 49, 1961), pp. 173-174; José de Sousa Bettencourt, «Subsídio para o Estudo Sociológico da População de Luanda», *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, 2 (1), 1965, pp. 83-130.

colonial lusa, apesar das mudanças sentidas na década de sessenta. A desigualdade social racializada inscrita na organização do espaço e a discriminação que a tornava operativa no quotidiano, institucionalizada mas também efetiva no quadro das interações, eram aspetos que descreviam bem esse legado. Estes processos decorreram da organização de um sistema social que lidou mal com a urbanização dos africanos. Estes foram até muito tarde considerados, na sua esmagadora maioria, em Angola, Moçambique e na Guiné, como «indígenas»; concebidos como povos culturalmente atrasados, imersos nos seus costumes, não elegíveis para uma cidadania europeia, já de si limitada desde 1926 (e de modo mais efetivo desde 1933 com a institucionalização do Estado Novo) pela emergência em Portugal de um regime de tipo fascista. O regime do indigenato, que durou até 1961, enquadrava de modo significativo esta dinâmica, que enunciava uma conceção estatal, jurídica, legislativa e política da sociedade colonial, e que enquadrava um colonialismo económico fundado na exploração de mão-de-obra africana barata, dentro e fora dos territórios administrados pelos portugueses, e na extração fiscal<sup>(11)</sup>. Esta lógica de discriminação, apesar do enquadramento distinto, não era estranha à realidade urbana de outros territórios africanos sob domínio português, onde a estratificação social apresentava também linhas de fratura radicais<sup>(12)</sup>. Noutro sentido, o fim do indigenato não

(11) Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno* (Lisboa: Sá da Costa, 1979); Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire (1825-1975): A Study in Economic Imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985); Francisco Bethencourt e Kirtu Chaudhuri (orgs.) *História da Expansão Portuguesa*, vols. IV-V (Lisboa: Temas e Debates, 2000); Omar Ribeiro Thomaz, *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o Terceiro Império Português* (Rio de Janeiro: UFRJ, Fapesp, 2002); Isabel Castro Henriques, *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África, Século xv-xx* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004); Miguel Jerónimo (org.), *O Império Colonial em Questão* (Lisboa: Edições 70, 2012).

(12) João Estevão, «Peuplemen et Phénomènes d'Urbanisation au Cap-Vert pendant la Période Coloniale, 1462-1940», in Michel Cahen (org.) *Bourgs et Villes...* pp. 42-59; Joel Frederico da Silveira, «La Spatialisation

fez cessar uma discriminação inscrita na ordem social, que não dependia tanto de molduras jurídicas, mas de hábitos sedimentados nos corpos e onde o fenótipo nunca deixou de assinalar um estatuto urbano, dir-se-ia uma cidadania inferiorizada.

A racialização da estrutura social dependia de contrastes e, nesse sentido, relacionava-se com os espaços onde se verificava uma presença maior de colonos de origem europeia<sup>(13)</sup>. Nos contextos de forte colonização branca, casos de Luanda, Nova Lisboa (Huambo), Lourenço Marques (Maputo) ou Beira, as linhas de racialização da estrutura social eram mais notórias<sup>(14)</sup>. Surgiram então cidades divididas, «cidades duplas», mas interdependentes, onde um centro europeu, de «cimento», se separava de uma grande e precária periferia africana, construída segundo outras lógicas e com diferentes materiais, técnicas e recreações. Sendo o mundo urbano complexo, nos seus trânsi-

---

d'un Rapport Colonial: Bissau, 1900-1960», in Michel Cahen (org.), *Bourgs et Villes...* pp. 75-97; Augusto Nascimento, *Poderes e Quotidiano nas Roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Noventa* (S. Tomé: SPI, 2002).

<sup>(13)</sup> Cláudia Castelo, *Passagens para África, O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-1974)* (Porto: Afrontamento, 2007).

<sup>(14)</sup> Isabel Castro Henriques «A Sociedade Colonial em África. Ideologias, Hierarquias, Quotidianos», in Francisco Bettencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.) *A História da Expansão Portuguesa*, vol. 5 (Lisboa: Círculo dos Leitores, 1999), pp. 216-274. Sobre este processo em distintos contextos coloniais ver, neste volume, textos de Isabel Castro Henriques e Nuno Domingos. Ver também Adelino Torres, «Le Processus d'Urbanisation de l'Angola pendant la Période Coloniale, 1940-1970», in Michel Cahen (org.) *Bourgs et Villes...* pp. 98-117; Jeanne Marie Penvenne, *African Workers and Colonial Racism. Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962* (Londres: James Currey, 1995); Valdemir Zamparoni, *Entre Nossos e Mulungos: Colonialismo e Paisagem Social em Lourenço Marques, c. 1890 c. 1940*. Dissertação de doutoramento (São Paulo: Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998); Maria da Conceição Neto, *In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961*, Dissertação de Doutoramento (London: School of Oriental and African Studies/ University of London, 2012); Maria Manuela da Fonte, *Urbanismo e Arquitectura em Angola* (Lisboa: Caldeioscópico, 2013).

tos e trocas, esta divisão foi sempre matricial. O mundo dos colonos, com as suas práticas de sociabilidade e de lazer, encontrava-se também estratificado, tal como o «universo africano», onde preponderavam líderes associativos e notáveis locais, muitos deles mestiços e assimilados. Estas camadas sociais tomaram posições de maior destaque em núcleos urbanos mais pequenos, com uma população colona menor e onde a mistura racial se desenvolveu com maior efetividade, nomeadamente antes do sistema colonial se impor de modo mais persuasivo. Estas camadas africanas, cuja ambiguidade social foi traduzida numa permanente ambiguidade existencial, eram um fiel da balança político: ou promoviam o integracionismo imperial ou, em circunstâncias específicas, constituíam-se como uma ameaça à estabilidade do sistema. A sua integração urbana foi, neste sentido, habitada por uma tensão permanente, tão típica das pequenas burguesias. Mas, para além da sua vida política, estes indivíduos foram mediadores urbanos por excelência, transmissores de hábitos, práticas e costumes desde os centros para as periferias, mas igualmente no sentido inverso. Nestas cidades coloniais viviam ainda muitos outros grupos, identificáveis pela sua origem geográfica, religiosa, étnica<sup>(15)</sup>. Todos estes indivíduos e grupos se relacionaram na cidade com uma organização social específica que os colocou em contacto, conflitual mas também necessariamente cooperativo, com outros grupos. Este contacto transformou estes habitantes da cidade, abalou convicções e práticas, apesar das urbes coloniais terem sido também um lugar da reprodução identitária, realizada, agora, sob bases distintas e quase sempre ao serviço de uma estratégia de sobrevivência prática: conseguir uma casa, um emprego, uma rede de proteção, um conforto existencial.

Enquanto centros de atividades que excedem em muito a geografia da cidade, as urbes coloniais foram eixos de relações com outros centros urbanos. A este propósito, a falta de exce-

(15) Valdemir Zamparoni, «Monhés, Baneanes, Chunas e Afro-maometanos. Colonialismo e Racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940», *Lusotopie*, VII (2000), pp. 191-222.

cionalidade do colonialismo português revelava-se também pela relação de dependência destes «espaços coloniais soberanos» com elementos exteriores, que participavam igualmente dos inúmeros projetos proporcionados pelo colonialismo. Note-se, por exemplo, que uma cidade tão importante como a Beira, em Moçambique, cresceu durante o século xx e até 1942 sob a gestão de uma companhia majestática. A influência política de outras potências coloniais, bem como de organizações internacionais, sobre o rumo do colonialismo português, a presença de inúmeros estrangeiros no quadro de decisão institucional económica e política e a influência dos quadros económicos e políticos regionais revelam que o colonialismo era um projeto global. As redes urbanas africanas, as que ligavam, por exemplo, Moçambique e Angola à África do Sul, à Rodésia ou ao Congo, criaram autonomias próprias que reproduziam o ritmo do colonialismo internacional, no fluxo de mercadorias, trabalhadores e capital. A força de cidades como Lourenço Marques ou Luanda só pode ser interpretada em contextos de troca imperial mais vasta. Noutra sentida, porém, estas mesmas relações produziram contatos e trocas relativamente autónomos da razão imperial: hábitos, consumos, credos, conceções do mundo, aspirações foram criados no âmbito destas redes urbanas regionais. Resultado de uma modernidade urbana, esta cultura da cidade projetou-se para lá dos limites da vida do Império. As cidades coloniais portuguesas foram assim eixos de passagem de práticas e consumos tendencialmente globais, ou em circulação regional, que os Estados coloniais facilitavam ou procuravam controlar com maior ou menor sucesso.

No último período do colonialismo português em África, a ação do Estado Novo garantiu algumas especificidades à ação colonizadora. Para além de ter estendido a duração do tempo colonial, preservando a durabilidade de estruturas de oportunidades e de negócios, o efeito do enquadramento político sobre a organização social atrofiou o desenvolvimento de um espaço público urbano, bem como bloqueou e atrasou fenómenos de associação e participação que, na segunda metade do

século XX, conduziram em muitos casos à descolonização<sup>(16)</sup>. O regime de vigilância urbana, acentuado pelo início da guerra colonial, apesar de travada fora das grandes cidades, afetou-as consideravelmente. Por exemplo, a presença maciça da polícia política no contexto urbano foi um dos mais evidentes focos de coerção política e de perseguição de qualquer foco de dissidência<sup>(17)</sup>. A cultura do medo e da arbitrariedade, tão sentida nas relações de trabalho, caracterizou também o processo de urbanização, apesar das mudanças existentes após o fim do indigenato<sup>(18)</sup>.

Neste último período de domínio português continua a jogar-se, em grande medida, a avaliação da herança colonial portuguesa. As mudanças efetivas ficaram sempre aquém, no entanto, da representação criada pela propaganda colonial. Esta representação da mudança e da reforma, que acaba por se projetar sobre o passado, tornou-se numa narrativa poderosa que, por diversos motivos, se continua a reproduzir.

### Na Metrópole

O colonialismo não implicou apenas a construção de uma estrutura social e espacial urbana nos territórios coloniais. Existiu também um movimento reverso<sup>(19)</sup>. A experiência imperial trouxe uma configuração imagética diferenciada para as cidades

<sup>(16)</sup> Christine Messiant, «Luanda, 1945-1961: colonisés, société coloniale et engagement nationaliste», in Michel Cahen (org.) *Bourgs et villes...* pp.125-199; Frederick Cooper, *Decolonization and African society: The labor question in French and British Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996); *idem*, *Africa since 1940: The past of the present* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002).

<sup>(17)</sup> Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial, 1961-1974* (Lisboa: Terramar, 2004).

<sup>(18)</sup> Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Thomaz, Sebastião Nascimento, Teresa Cruz e Silva (orgs.), *Os outros da colonização* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012).

<sup>(19)</sup> Anthony King, *Urbanism, Colonialism...*

imperiais, tanto com a importação de maneirismos exóticos para a arquitetura das cidades imperiais, como com a edificação de uma monumentalidade enaltecendo a dignidade da capital imperial. Mas, mais importante do que isso, a própria existência da capital imperial resulta dos novos arranjos espaciais e materiais produzidos pelo Império. O uso de territórios periféricos para a produção primária e para a extração de recursos necessitou do crescimento de centros urbanos industriais e comerciais, nos quais se assistiu à emergência de novas classes industriais urbanas<sup>(20)</sup>. A importância das conexões ao longo dos impérios, como nota neste volume Filipa Lowndes Vicente, remete para o imperativo de se fazer uma história articulada da metrópole e das colônias, das relações de poder que existem entre vários pólos e dos circuitos de produção, distribuição e consumo que os atravessam, para realçar que tanto os dominantes como os subjugados são agentes de uma mesma trajetória histórica<sup>(21)</sup>. Noutra sentença, a divisão entre metrópole e Império é também posta em causa por uma posição teórica explicitamente anticolonial, levando ao reconhecimento das várias formas pelas quais a «Europa» foi criada pelo colonialismo<sup>(22)</sup>. Mais: coloca em evidência tanto os sistemas racializados de governo imperial, quanto o seu objetivo de construção de sujeitos racializados, como revela neste livro o capítulo de Manuela

(20) John Rex, *Race, Colonialism and the City* (London: Routledge, 1973).

(21) Eric Wolf, *Europe and the People without History* (Berkeley: University of California Press, 1982); Sidney Mintz, *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History* (New York: Viking, 1985); Bernard S. Cohn, *Colonialism and its forms of Knowledge: the British in India* (Princeton: Princeton University Press, 1996).

(22) Franz Fanon, *Les Damnés de la Terre*, prefácio de Jean-Paul Sartre (Paris: Éditions Maspero, 1961), edição inglesa, *The Wretched of the Earth*, trad. Constance Farrington (Londres, Nova Iorque: Grove Weidenfeld, 1963); Edward W. Said, «Reconsiderando a Teoria Itinerante», in Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Deslocalizar a 'Europa'.* *Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade* (Lisboa: Livros Cotovia, 2005), pp. 25-42; Ver também Manuela Ribeiro Sanches, «Lisboa, capital do império. Trânsitos, Afiliações, Transnacionalimos» neste livro.

Ribeiro Sanches<sup>(23)</sup>. A relação entre Império e metrópole releva também a importância das representações sobre o Império na formação de identidades nacionais dos centros de poder imperial europeus. Tais representações foram veiculadas através de todo um aparato cultural de disseminação de imaginações imperiais na esfera metropolitana, o qual inclui museus, políticas de preservação do património, recurso a celebrações públicas e uso de formas de expressão como a música ou a literatura, para efeitos de propaganda<sup>(24)</sup>.

Também em Portugal a questão imperial é um campo privilegiado de afirmação da identidade nacional, sobretudo desde finais de Oitocentos e com maior intensidade durante o Estado Novo<sup>(25)</sup>. A realidade do Império no terreno era então desco-

---

(23) Laura Tabili, *'We ask for British Justice': Workers and Racial Difference in Late Imperial Britain* (Ithaca: Cornell University Press, 1994); Mrinalini Sinha, *Colonial masculinity: The 'Manly Englishman' and the 'Effeminate Bengali' in the Late Nineteenth Century* (Manchester: Manchester University Press, 1995); Antoinette Burton, *At the Heart of the Empire: Indians and the Colonial Encounter in Late-Victorian Britain* (Berkeley: University of California Press, 1998); Catherine Hall et al, *Defining the Victorian Nation: Class, Race, Gender and the British Reform Act of 1867* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000); Philippa Levine, *Prostitution, Race, and Politics: Policing Venereal Disease in the British Empire* (London: Routledge, 2003); Kathleen Wilson, *The Island Race: Englishness, Empire and Gender in the Eighteenth Century* (London: Routledge, 2003).

(24) John MacKenzie, *Propaganda and Empire: The Manipulation of British Public Opinion (1880-1960)* (Manchester: Manchester University Press, 1984); John MacKenzie (org.) *Imperialism and Popular Culture* (Manchester: Manchester University Press, 1986); Felix Driver and David Gilbert (orgs.) *Imperial Cities: Landscape, Display and Identity* (Manchester: Manchester University Press, 1999); Stuart Ward (org.), *British Culture and the end of Empire* (Manchester: Manchester University Press, 2001); Bill Schwarz (org.), *West Indian Intellectuals in Britain* (Manchester: Manchester University Press, 2003).

(25) Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs.), *A Memória da Nação* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991); José Mattoso, *A Identidade Nacional* (Lisboa: Gradiva Publicações, 1998); Francisco Bethencourt, «A Memória da Expansão», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5 (Lisboa: Círculo dos Leito-

nhecida para a maior parte das pessoas, numa altura em que as correntes de emigração ainda não se dirigiam para África e a presença de populações coloniais na metrópole era escassa – apesar de ser possível identificar um passado africano da capital portuguesa, o qual marcou a vida de alguns dos seus bairros<sup>(26)</sup>. No entanto, é notório que o Império colonial foi «santificado» como elemento central da identidade da nação, sobretudo a partir da generalização da ideia de decadência e de progresso que caracterizou a historiografia portuguesa do século XIX, bem como da disseminação de toda uma mitologia nacional-imperialista por parte das elites republicanas<sup>(27)</sup>. Demasiado distante da realidade concreta da vida quotidiana da metrópole, foi no plano dos símbolos e da imagética discursiva que o Império se deu a conhecer – desvelando-se através de uma autêntica pedagogia nacional cuja definição era, no entanto, motivada por pressões de política externa e por disputas por hegemonias imperiais<sup>(28)</sup>. Durante o Estado Novo, a atenção crescente à ideia da «missão histórica da nação portuguesa», missão marcada pelo ideal cristão e pela vocação colonial, o Império adquire uma dimensão ontológica na arquitetura simbólica da nação, resultante no desenvolvimento de uma «Mística Imperial» que acompanhou, no plano dos símbolos, o desenvolvimento de uma política colonial nacionalista, integracionista e

---

res, 1999), pp. 442-480; Luís Cunha, *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional* (Porto: Afrontamento, 2001); José Manuel Sobral, «O Norte, o Sul, a Raça, a Nação – Representações da Identidade Nacional Portuguesa (Séculos XIX-XX)», *Análise Social*, vol. XXXIX (171) (2004), pp. 255-284; José Neves e Bruno Peixe Dias (orgs.) *Como se Faz um Povo* (Lisboa: Tinta-da-China, 2010).

<sup>(26)</sup> Isabel Castro Henriques, *A Herança Africana em Portugal* (Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2009).

<sup>(27)</sup> Yves Léonard, «O Império Colonial Salazarista», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5 (Lisboa: Círculo dos Leitores, 1999), pp. 10-30, p. 28; Maria Isabel João, «Comemorações e Mitos da Expansão», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4 (Lisboa: Círculo dos Leitores, 1999), pp. 403-424.

<sup>(28)</sup> Yves Léonard, «O Império Colonial Salazarista»... p. 21.

centralizadora<sup>(29)</sup>. Toda esta imaginação estava expressa no designado *Acto Colonial*, em que as colónias portuguesas passam a ser designadas «Império colonial português»<sup>(30)</sup>.

No quadro oficial, uma abordagem, assente no culto dos heróis e na ideia de uma progressão histórica linear desde a fundação da nacionalidade até ao Império marítimo, celebrado como um dos grandes feitos da humanidade, permeia os programas de ensino, a propaganda de Estado, as exposições e os congressos científicos e toda a demais produção cultural oficial<sup>(31)</sup>. Tal como noutros centros de poder imperiais, releva-se o papel desempenhado pelas práticas espaciais de nomeação e mapeamento na construção do imaginário espacial do Império na metrópole<sup>(32)</sup>. Centenas de mapas foram elaborados e divulgados, disseminando na metrópole, sobretudo através do aparelho escolar, a imagem da extensão geográfica do Império, bem como das suas localizações, dos seus povos e das suas paisagens<sup>(33)</sup>. As «geografias imaginativas» do Império são também ficcionadas no coração da metrópole imperial através de exposições públicas, como foi o caso mais expressivo da Exposição do Mundo Português, realizada em Lisboa em 1940<sup>(34)</sup>. Os marcadores de uma versão da identidade nacional altamente seletiva, de feição imperial e efabulatória, enaltecendo as quimeras empreendidas pelos navegadores de Quinhentos e o

<sup>(29)</sup> *Ibidem*, pp. 24-30.

<sup>(30)</sup> Decreto n.º 18 570, *Diário do Governo*, 8 de Julho de 1930.

<sup>(31)</sup> David Corkill e José C. Almeida, «Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The *Mundo Português* Exposition of 1940», *Journal of Contemporary History*, vol. 44, n.º 3 (2009), pp. 381-399.

<sup>(32)</sup> John Brian Harley, «Maps, Knowledge and Power», in D. Cosgrove e S. Daniels (orgs.), *The Iconography of Landscape* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988); Edward Said, «Representing the Colonized: Anthropology's Interlocutors», *Critical Inquiry*, vol. 15, n.º 2 (1989), pp. 205-225; John Brian Harley, «Deconstructing the Map», in T. J. Barnes e J. S. Duncan (orgs.), *Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape* (London and New York: Routledge, 1992).

<sup>(33)</sup> H. Heriberto Cairo, «'Portugal is not a Small Country': Maps and Propaganda in the Salazar Regime», *Geopolitics*, 11 (2006), p. 376.

<sup>(34)</sup> Edward Said, *Orientalism* (Nova Iorque: Vintage, 1979).

Império do Oriente, imprimem-se na paisagem urbana de Lisboa, como demonstra o capítulo de Elsa Peralta. Ruas são nomeadas a partir de navegadores e protagonistas da expansão marítima ou de locais abrangidos pelo primeiro Império português, forjando uma representação da nação assente na ideia de Portugal como país dos «descobrimientos». As marcas do Império na geografia da cidade são também identificáveis nos inúmeros palácios, palacetes, jardins e mansões construídos por uma elite económica portuguesa formada a partir de atividades coloniais, que vão desde o tráfico de escravos à cultura forçada do algodão moçambicano, muito associada ao florescimento da indústria têxtil na metrópole<sup>(35)</sup>. Através da construção do espaço ou de uma arquitetura monumental de feição modernista, ou através das marcas na geografia da cidade deixadas pelos privados enriquecidos à custa dos negócios coloniais, o Império adquiriu uma feição material no quotidiano urbano, permeando o imaginário coletivo nacional e sustentando as aceções do senso comum sobre o passado imperial português, até aos dias de hoje.

No seio da comunidade imaginada nacional, o «outro» africano, «indígena» no quadro do sistema de administração colonial, é concebido como o objeto do desígnio civilizador e cristão da expansão portuguesa. Da «influência moral» exercida pelos portugueses dependeria o seu «aperfeiçoamento» e da sua «educação» resultaria o «cumprimento progressivo dos seus deveres morais e legais de trabalho»<sup>(36)</sup>. Em exposições e congressos coloniais oficiais, mas também na cultura popular, na literatura,

---

<sup>(35)</sup> José Augusto França, «África em Lisboa. Nota Introdutória», In José Manuel Fernandes (org.), *Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa* (Lisboa: Caleidoscópio/Universidade Autónoma, 2011), pp. 11-14; Ann Pitcher: *Politics in the Portuguese Empire: The State, Industry and Cotton, 1926-1974* (Oxford: Oxford University Press, 1993); Carlos Fortuna, *O Fio da Meada: O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-mundo, 1860-1960* (Porto: Afrontamento, 1993); Allen Isaacman, *Cotton is the Mother of Poverty: Peasants, Work, and Rural Struggle in Colonial Mozambique, 1938-1961* (Portsmouth, N. H.: Heinemann, 1997).

<sup>(36)</sup> *Acto Colonial*, título II: «Indígenas».

na pintura, no cinema e de forma muito expressiva nas figuras que acompanhavam a comercialização de vários produtos coloniais, como o café ou o cacau, encontra-se uma representação do africano fortemente racializada, embrutecida e infantil, a requerer a atenção civilizadora do colonizador<sup>(37)</sup>. Num momento em que a migração portuguesa para Angola e Moçambique era ainda escassa, tal como era reduzido o contacto de metropolitanos com africanos, estas representações revelam-se um poderoso meio de formatação do senso comum, tanto em relação a esse «outro» africano, quanto aos territórios por ele habitados<sup>(38)</sup>.

Após a II Guerra Mundial, num contexto marcado por pressões políticas independentistas tuteladas pela recém-criada Organização das Nações Unidas, e também pelo desenvolvimento das economias das colónias resultante do reforço dos setores privados coloniais, a ideia do desígnio civilizador do colonialismo português ganha outros contornos<sup>(39)</sup>. Na metrópole, com ressonâncias nos territórios coloniais, agora efetivamente povoados com contingentes crescentes de populações metropolitanas, um novo discurso sobre a identidade nacional, e sobre o «outro» colonizado, dissemina-se pela esfera pública<sup>(40)</sup>. Tendo como pano de fundo as mudanças ideológi-

<sup>(37)</sup> José Ramos Tinhorão, *Os Negros em Portugal* (Lisboa: Caminho, 1997); Luís Cunha, «A Imagem do Negro na Banda Desenhada do Estado Novo». Relatório de aula teórico-prática (Braga: Universidade do Minho, 1994); Rosa Cabecinhas e Luís Cunha, «Colonialismo, Identidade Nacional e Representações do 'Negro'», *Estudos do Século xx*, 3 (2003), pp. 157-184; Patrícia Ferraz de Matos, «Imagens de África? Filmes e Documentários Portugueses relativos às antigas Colónias Africanas (primeira metade do século xx)», *Actas do V Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico* (Covilhã: CES, 2006); Isabel Castro Henriques, *A Herança Africana ...*

<sup>(38)</sup> Cláudia Castelo, «Migração Ultramarina: Contradições e Constrangimentos», *Ler História*, 56 (2009), pp. 69-82, p. 75.

<sup>(39)</sup> Cláudia Castelo «'Um segundo Brasil ou um terceiro Portugal', Políticas de Colonização Branca em África (c.1920-1974)», *Travessias* (2004), pp. 155-180.

<sup>(40)</sup> Cláudia Castelo, «O Outro no Labirinto Imperial: Orientalismo e Luso-tropicalismo», in Renato Miguel do Carmo e Ruy Llera Blanes

cas no sistema colonial europeu e a procura de mecanismos de legitimação para a política colonial portuguesa, o luso-tropicalismo vem reforçar, no plano internacional, a imagem de um Portugal pluricontinental, uma nação «una e indivisível», autora histórica de uma colonização exemplar, marcada pela miscigenação, pela fusão cultural e pela ausência do preconceito racista<sup>(41)</sup>. A aproximação às ideias de Freyre vem desta forma facilitar uma revisão das noções prevaletentes sobre contato racial marcadas por ideias de hierarquia e um afastamento em relação às conceções explicitamente rácicas que caracterizaram os fascismos europeus<sup>(42)</sup>. De acordo com a nova grelha interpretativa, o «outro» africano, negro, era uma criação do «génio colonizador» dos portugueses.

Também os importantes fluxos migratórios gerados pelo colonialismo português, primeiro em larga escala para o Brasil e depois, no pós-II Guerra Mundial, para as colónias africanas, geraram redes de circulação, económica e demográfica, entre metrópole e colónias. Com importantes impactos na economia do país, estas redes de circulação favorecem também apropriações metropolitanas de práticas de consumo e de conceções do mundo emanadas a partir do contexto colonial, vulgarizadas, por exemplo, através da alimentação e do consumo de produtos coloniais<sup>(43)</sup>. Reproduzido através de formas de cultura pública

---

(orgs.), *A Globalização no Divã* (Lisboa: Tinta da China, 2008), pp. 295-315.

(41) Cláudia Castelo, *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)* (Porto: Edições Afrontamento, 1999); Diogo Ramada Curto, «A Historiografia do Império Português na Década de 1960: Formas de Institucionalização e Projeções», *História da Historiografia* (Universidade Federal de Ouro Preto), n.º 10 (2012), pp. 111-123.

(42) Valentim Alexandre, «O Império e a Ideia de Raça (séculos XIX e XX)», in Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (Oeiras: Celta, 1999), pp. 133-144; José Manuel Sobral, «O Norte, o Sul, a Raça, a Nação ...»; Patrícia Ferraz de Matos, *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006).

(43) Cláudia Castelo, «Migração Ultramarina... p. 70; Akhil Gupta, «Movimentações Globais das Colheitas desde a 'era das descobertas' e

ou através de práticas do quotidiano<sup>(44)</sup> – concretizadas em experiências de cidadania, em sexualidades consagradas, em hábitos culinários, ou em narrativas históricas –, o Império constituiu-se num aspeto central das identidades metropolitanas e da consciência de raça, ainda que interligado com outras filiações identitárias, nomeadamente as regionais, as rurais, as urbanas ou as de classe<sup>(45)</sup>. Como mostra o capítulo de Marcos Cardão, o Império converteu-se em dimensão de um «nacionalismo banal» que, embora possa não motivar posicionamentos políticos explícitos, se encontra inscrito nas práticas quotidianas e nas formas de conhecimento sobre a experiência histórica – também imperial – da nação metropolitana, ainda que com esferas de influência e graus de internalização certamente desiguais<sup>(46)</sup>.

É no contexto metropolitano, ou atravessado por este, que são produzidos os entendimentos sobre o «outro», as formas de conhecimento colonial, os discursos sobre a identidade nacional incorporando a sua dimensão imperial. As sucessivas re-narrativizações operadas nesta esfera tornam evidente o caráter contingente das formulações imperiais e coloniais. As ideologias imperiais que ressoam na metrópole são pautadas por diferentes graus de negociação política entre metrópole e Império e também entre impérios. Tal como são pautadas pela influência exercida pelas idiossincrasias daqueles que, por vezes falando a partir da periferia colonial, informam as representações colo-

---

Transformações das Culturas Gastronómicas», in Manuela Ribeiro Sanches, *Portugal não é um País Pequeno: Contar o 'Império' na Pós-colonialidade* (Lisboa: Cotovia, 2006), pp. 193-214.

<sup>(44)</sup> Catherine Hall e Sonya Rose, *At Home with Empire: Metropolitan Culture and the Imperial World* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), p. 22.

<sup>(45)</sup> Linda Colley, «Britishness and Otherness: an Argument», *Journal of British Studies*, 31 (4), (1992), pp. 309-29; Andrew Thompson, *The Empire Strikes Back? The Impact of Imperialism on Britain from the Mid-Nineteenth Century* (Harlow: Pearson, 2005).

<sup>(46)</sup> Michael Billig, *Banal Nationalism* (London: Sage Publications, 1995).

niais criadas na metrópole<sup>(47)</sup>. A incorporação destas idiossincrasias revela que este é um campo repleto de ambiguidades, correndo a par com versões políticas autorizadas e relativamente estáveis sobre o nós e sobre o «outro»<sup>(48)</sup>.

Através de discursos ideológicos, mas também de circulações, de práticas quotidianas, consumos coloniais e de estruturas económicas, Império e metrópole são atravessados por conexões de vária ordem frequentemente identificáveis para além do domínio formal do colonialismo.

### O Pós-colonial

As sociedades coloniais exerceram um impacto de longa duração nas práticas e identidades dos centros imperiais e esta conexão reflete-se na paisagem europeia pós-colonial. A assunção comum de que a descolonização e o fim do Império foram recebidos com indiferença nos antigos centros imperiais europeus deve ser reanalisada, tomando em consideração a permanência nas ex-metrópoles de processos que foram hegemónicos no contexto imperial<sup>(49)</sup>. Os passados coloniais continuam pre-

(47) João de Pina Cabral, «Galvão na Terra dos Canibais: a Constituição Emocional do Poder Colonial», *Novos Estudos*, 57 (2000), pp. 124-140; Harry G. West, «Invertendo a Bossa do Camelo. Jorge Dias, a sua Mulher, o seu Intérprete e eu», in Manuela Ribeiro Sanches, *Portugal não é um País Pequeno...* pp. 141-190; Ricardo Roque, «Colonialidade equívoca: Fonseca Cardoso e as origens da antropologia colonial portuguesa», in Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Portugal não é um País Pequeno...* pp. 83-112.

(48) Cristiana Bastos, «The Inverted Mirror: Dreams of Imperial Glory and Tales of Subalternity from the Medical School of Goa», *Etnográfica*, vol. 6, n.º 1 (2002), pp. 59-76; Cristiana Bastos, «Goa em 1942: A Retórica do Império e as Ambiguidades do Nacionalismo», in Manuela Ribeiro Sanches, *Portugal não é um País Pequeno...* pp. 229-248.

(49) Stephen Howe, *Ireland and Empire: Colonial Legacies in Irish History and Culture* (Oxford: Oxford University Press, 2000); Stephen Howe, «Internal Decolonization? British Politics since Thatcher as Postcolonial Trauma», *Twentieth-Century British History*, 14 (2003), pp. 286-304; Graham Macphée e Prem Poddar (orgs.) *Empire and After: Englishness in Postcolo-*

sentes nos contextos pós-coloniais de várias formas, as quais podem ser encontradas quer na cultura pública, quer em lugares inesperados do quotidiano e na esfera do mundano, mostrando que os entendimentos comuns em relação ao Império, no período pós-descolonizações, se articulam com uma grande variedade de canais e instituições<sup>(50)</sup>.

Os passados imperiais podem ser interpretados no contexto de uma cultura nostálgica em relação ao Império, expressa tanto em investimentos patrimoniais feitos sobre os seus vestígios materiais, quanto na recuperação e na reprodução de imagens coloniais na cultura popular (na alimentação, nos livros escolares, na publicidade)<sup>(51)</sup>. Subsistem também na persistência de uma «mentalidade colonial» em tempos pós-coloniais, que tem na base visões parcelares mundanas e que serve, também, de instrumento às políticas criadas a partir de anteriores sistemas de governação, como é o caso da *Commonwealth*<sup>(52)</sup>. Mas a persistência dos passados imperiais no presente pode ser entrevista de outras formas. As relações de poder e de diferença estabelecidas pelos imperialismos europeus modernos são muitas vezes reativadas nas cidades europeias contemporâneas, condicio-

---

*nial Perspective*, (Oxford and New York: Berghahn Books, 2007); Benoit de L'Etoile, «The Past as it Lives: an Anthropology of Colonial Legacies», *Social Anthropology*, vol. 16, n.º 3 (2008), pp. 267-279.

<sup>(50)</sup> Stuart Ward, *British culture...*; Bill Schwarz, «Claudia Jones and the *West Indian Gazette*: Reflections on the Emergence of Post-colonial Britain», *Twentieth-Century British History*, n.º 14 (2003), pp. 264-285.

<sup>(51)</sup> Robert Aldrich, *Vestiges of the Colonial Empire in France* (Houndmills: Palgrave, 2004); Rachel Langford, «Photography, Belgian Colonialism and Hergé's *Tintin au Congo*», *The Journal of Romance Studies*, vol. 8, n.º 1 (2008), pp. 77-89; Wolfgang Struck, «Reenacting Colonialism: Germany and its Former Colonies in Recent TV Productions», in Volker Langbehn (org.), *German Colonialism, Visual Culture, and Modern Memory* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010), pp. 260-276; Pascal Blanchard e Sandrine Lemaire et al., *Culture Post-coloniale 1961-2006: Traces et Mémoires Coloniales en France* (Paris: Éditions Autrement 2011).

<sup>(52)</sup> Prem Poddar, Rajeev S. Patke e Lars Jensen (orgs.), *A Historical Companion to Postcolonial Literatures – Continental Europe and its Empires* (Edimburgo: Edinburgh University Press, 2011).

nando estatutos económicos, divisões de classe e políticas raciais. Nestas cidades, as migrações pós-coloniais produzem comunidades de diáspora de acordo com sistemas de poder prevalentes, que adquirem uma dimensão espacial e são habitados por tensões sociais e interraciais culturalizadas<sup>(53)</sup>.

Muitos dos caminhos criados no tempo colonial desemboçaram na Lisboa pós-colonial. Por intermédio destes itinerários chegaram os antigos colonos, chamados pejorativamente «retornados»; chegaram também antigos sujeitos imperiais que agora se transformaram em imigrantes<sup>(54)</sup>. Depois de cinquenta anos de ditadura e mais de uma década de guerras coloniais, o fim do colonialismo português trouxe finalmente para o seio da antiga metrópole a dimensão real desse outro Portugal efabulado durante décadas pela propaganda do regime. Com uma população rural muito significativa e com grandes taxas de analfabetismo, foi com o fim do colonialismo que muitos portugueses tiveram contato com esses «outros», negros, mestiços, índios, que habitavam os territórios retratados nos manuais escolares. A sua integração dependeu de vários fatores, entre os quais se destaca a origem de classe, não poucas vezes associada ao tom da cor da pele. Elites africanas, escolarizadas, integraram-se na vida urbana de forma diferente de uma imigração dirigida a setores laborais, como o serviço doméstico ou a construção civil, para onde foram os primeiros contingentes de tra-

<sup>(53)</sup> John Rex e Sally Tomlinson, *Colonial Immigrants in a British City: A Class Analysis* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 1979); Paul Gilroy, *There Ain't no Black in the Union Jack: The Cultural Politics of Race and Nation* (Londres: Hutchinson, 1987); Bill Schwarz, «'The Only White Man in there': The Re-racialisation of England, 1956-1968», *Race & Class*, vol. 38, n.º 1 (1996), pp. 65-78; Pascal Blanchard e Sandrine Lemaire et al., *La Fracture Coloniale: La Société Française au Prisme de l'Héritage Colonial* (Paris: Editions La Découverte, 2005); Adbedmalek Sayad, *L'Immigration ou les Paradoxes de l'Altérité*, 2 vols. (Paris: Éditions Raisons d'Agir, 2006).

<sup>(54)</sup> Rui Pena Pires, *Os Retornados: um Estudo Sociográfico* (Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1987).

balhadores cabo-verdianos, ainda no início da década de 70<sup>(55)</sup>. A maior afluência dos agora imigrantes das ex-colônias ocorre, porém, após o 25 de Abril. Estes imigrantes estabelecem-se nos subúrbios de Lisboa, em habitações ilegais e bairros de auto-construção, alterando subitamente a morfologia social e racial da cidade<sup>(56)</sup>.

Como em outras ex-metrópoles, também em Portugal as relações de dominação e exploração estabelecidas sob o colonialismo determinaram a natureza de migrações pós-independências: ou seja, quem se estabeleceu na cidade contemporânea, como essas pessoas foram integradas no mercado de trabalho, e em que condições vivem? Se a língua se tornou num mecanismo de aproximação, de um recurso operativo no quotidiano, é verdade que as diferenças nacionais, as características fenotípicas, o grau de educação e a pertença de classe recriaram na antiga metrópole situações de discriminação<sup>(57)</sup>. Dados recentes indicam que dos 417 042 imigrantes registados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em 2012, uma importante percentagem, quase metade, é originária de países de língua oficial portuguesa (25,3% brasileiros, 10,3% cabo-verdianos, 4,9% angolanos, 4,3% guineenses, e 2,5% são-tomenses)<sup>(58)</sup>. A mesma fonte confirma a forte presença urbana da imigração, em particular na cidade de Lisboa, com quase metade dos imigrantes em Portugal (181.901), a que se segue Faro (62 624) e Setúbal (44 197). A representação desta população por idades revela também que são as gerações laboralmente ativas que estão presentes de forma esmagadora no país. Grande parte destes imigrantes habita geografias racializadas e espacialmente segregadas de desvantagem social no seio da cidade global. No entanto,

<sup>(55)</sup> Fernando Luís Machado, «Etnicidade em Portugal. Contrastes e Politização», *Sociologia Problemas e Práticas*, 12 (1992) pp. 123-136.

<sup>(56)</sup> Jorge Macaísta Malheiros, *Imigrantes na Região de Lisboa. Os Anos da Mudança* (Lisboa: Colibri, 1997).

<sup>(57)</sup> Bruno Dias e Nuno Dias (orgs.), *Racismo e Imigração em Portugal* (Lisboa: Edições 70 / Le Monde Diplomatique, 2012).

<sup>(58)</sup> Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, «Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo» (2012), citado pelo jornal *Público*, 25/6/2012, p. 6.

são eles que alteraram a organização social da cidade, com as suas construções e memórias, como é revelado no capítulo de Eduardo Ascensão sobre os bairros de autoconstrução da periferia de Lisboa.

A assunção da existência de uma cidadania lusófona, assente na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1992, poucos efeitos terá ainda hoje face aos direitos concedidos pelo Estado português ao imigrante, ou face à lógica muitas vezes perversa que acompanha a sua integração no mercado de trabalho, como fica evidente no capítulo de Nuno Dias<sup>(59)</sup>. Tal situação denota as tensões e ambivalências que caracterizam a relação entre a população portuguesa branca e a população portuguesa oriunda das ex-colónias e seus descendentes. A persistência do mito luso-tropicalista previne um olhar mais crítico sobre as situações de marginalidade social em que vivem frequentemente os migrantes das ex-colónias, ou sobre a persistência de formas de racismo subtis que condicionam as relações sociais<sup>(60)</sup>. Sob a representação do imigrante lusófono pesa um modelo assimilacionista com ecos provenientes do passado colonial. Este veicula a ideia de um hibridismo cultural, caracterizado por uma convivialidade pacífica com a diferença racial e cultural.

Mas a replicação nas cidades pós-coloniais de formas de organização social que foram típicas do sistema colonial urbano não ocorre de modo linear. Se nas cidades coloniais em África aqueles que mais sofriam com o sistema discriminatório e explorador se apropriaram das possibilidades conferidas pelo mundo

<sup>(59)</sup> Michel Cahen, «Des Caravelles pour le Futur? Discours Politique et Idéologie dans l' Institutionnalisation de la Communauté des Pays de Langue Portugaise», *Lusotopie* (1997), pp. 391-433; Alfredo Margarido, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses* (Lisboa, Edições Universidade Lusófona, 2001); Luís Cunha, «Lusofonia e Identidade Nacional: Narrativa e Sedução», in N. B. Bastos (org.), *Língua Portuguesa: Lusofonia, Memória e Diversidade Cultural* (São Paulo: EDUC, 2008), pp. 43-55.

<sup>(60)</sup> Jorge Vala, Rodrigo Brito e Diniz Lopes, *Expressões dos Racismos em Portugal* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999); Jorge Vala (org.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (Oeiras: Celta, 1999).

urbano, nas cidades pós-coloniais as formas de poder são também contestadas e apropriadas. Nem sempre assumindo a forma de etnicidades politizadas ou de movimentos reivindicativos, as diferentes diásporas têm conseguido negociar posicionamentos simbólicos e vantagens sociais no espaço da cidade, recorrendo a representações imperiais previamente estabelecidas<sup>(61)</sup>. Tal sugere que as políticas de identidade e diferença estabelecidas sob o colonialismo e negociadas através de várias formações pós-coloniais não são apenas «praticadas» em cenários sociais particulares. Como propõe Doreen Massey, o espaço faz parte de uma geografia de poder e de significado em constante mudança, em que o material e o ideológico são mutuamente constitutivos<sup>(62)</sup>. Nestas geografias, as categorias de «nós» e «outro», aqui e lá, passado e presente e local e global solicitam-se reciprocamente através do espaço da cidade<sup>(63)</sup>. É, aliás, o que sucede no capítulo de Simone Frangella sobre a imigração brasileira em Arroios.

É também através do espaço da cidade que se desenham novas políticas da identidade, engendrando reatualizações das ideias de raça, classe e comunidade sobre ideologias imperiais prevaletentes. A persistência das ideologias e práticas imperiais é evidente tanto na territorialização do espaço da cidade, como nos atuais processos de renovação e desenvolvimento urbanos, como fica demonstrado no capítulo de Nuno Oliveira sobre o estabelecimento de formas globalizadas de expressão da diferença cultural, na cidade de Lisboa. Processos de gentrificação, desenvolvimentos urbanos, intervenções patrimoniais, característicos, por um lado, do consumo pós-moderno, e por outro, de várias nostalgias pós-imperiais que alimentam uma indústria que toma por base uma cultura histórica patrimonializada<sup>(64)</sup>.

<sup>(61)</sup> Fernando Luís Machado, «Etnicidade em ...

<sup>(62)</sup> Doreen Massey, *Space, Place and Gender* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994).

<sup>(63)</sup> Jane Jacobs, *Edge of Empire: Postcolonialism and the City* (London and New York: Routledge, 1996).

<sup>(64)</sup> Ian Baucom, *Out of Place: Englishness, Empire and the Locations of Identity* (Princeton: Princeton University Press, 1999).

Na cidade global, atravessada por múltiplos fluxos migratórios e afetada por constantes processos de mudança, as sucessivas idealizações do passado imperial podem ser entendidas como tentativas de homogeneizar a nação, traduzindo as experiências desestruturantes de raça, etnicidade e classe à luz de ideias como multiculturalismo ou diálogo intercultural que, por sua vez, funcionam frequentemente como marcadores da diferença no mercado global das cidades<sup>(65)</sup>.

Também nos espaços de comemoração da capital portuguesa continuam a reproduzir-se os velhos mitos imperiais, sobretudo aqueles associados às primeiras viagens de descoberta e expansão e ao esplendor do Império marítimo português. Em sucessivas narrativas operadas no espaço da cidade, do Mosteiro dos Jerónimos ao Padrão dos Descobrimentos ou à Expo'98, os mitos fundacionais da nação recompõem-se para se acomodarem ao posicionamento simbólico do país numa Europa moderna, multicultural e cosmopolita. No mesmo sentido, a imagem de um imperialismo sem colónias, pioneiro e ecuménico, adequa-se a linguagens globalizantes e a operações de *branding* da portugalidade, ligadas ao turismo, ao comércio e aos desígnios da chamada diplomacia económica, facilitando, no plano simbólico, as importantes trocas comerciais entre Portugal e os antigos territórios coloniais ou a nova vaga de emigração de portugueses para Angola ocorrida nos últimos anos.

Esta é, porém, uma imagem feita de muitos fragmentos. Ao lado de uma nostalgia pós-imperial, muito presente nos registos literários ou na produção televisiva, que deixa transparecer uma noção de perda, de melancolia ou de ressentimento em relação ao passado imperial, perfila-se uma outra, de carácter festivo, muito presente na produção artística e musical «lusófona»<sup>(66)</sup>. Por um lado, os traumas deixados pela guerra colonial e pela

<sup>(65)</sup> Paul Gilroy, *Postcolonial Melancholia* (Nova Iorque: Columbia University Press, 2005).

<sup>(66)</sup> Isabel Ferreira Gould, «Decanting the Past: Africa, Colonialism, and the new Portuguese Novel», *Luso-Brazilian Review*, vol. 45, n.º 1 (2008), pp. 182-197; Isabel Ferreira Gould, «A Daughter's Unsettling Auto/bio-

experiência do retorno invadem crescentemente a esfera pública nacional, reclamando uma atenção para as fraturas deixadas pelo colonialismo português<sup>(67)</sup>. Por outro, as situações de subalternidade social e de segregação racial herdadas do colonialismo são obliteradas através de processos de estetização da diferença, produzidos tanto pelos sujeitos metropolitanos como por aqueles oriundos das ex-colônias e seus descendentes. Posições de trabalho desqualificadas, imobilidade social, precariedade habitacional, são algumas das consequências estruturais que acompanham esta obliteração. É também sobre este processo que se debruça o texto de José Mapril.

A reconstituição de uma retórica sobre o passado imperial português é, portanto, composta por uma história e por uma geografia colonial específicas, por imperialismos contemporâneos e por um sem fim de possibilidades pós-coloniais. A interrogação das diferentes formas pelas quais o passado colonial se projeta na contemporaneidade passa pela reconstrução destes múltiplos itinerários. É fundamental questionar as permanências desse passado no presente e as consequências que daí resultam no que toca ao relacionamento com os sujeitos que passaram pela experiência colonial, sejam estes imigrantes de antigas colônias portuguesas, «retornados», ou ex-combatentes. Esta análise deve incluir a interpretação dos múltiplos e complexos trânsitos entre colonizador e colonizado, e também entre ex-colonizador e ex-colonizado<sup>(68)</sup>. Tal pressupõe considerar simultaneamente as questões da classificação racial e da miscigenação, da imigração, da lusofonia, da cidadania e da exclusão<sup>(69)</sup>. Neste contexto, interessa destacar o modo como

---

graphy of Colonialism and Uprooting: A Conversation with Isabela Figueiredo», *Ellipsis 8* (2010), pp. 133-145.

<sup>(67)</sup> Luís Quintais, *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção da História* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000).

<sup>(68)</sup> Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco (orgs.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-brasileiros* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002).

<sup>(69)</sup> Miguel Vale de Almeida, «'Longing for Oneself': Hybridism and Miscegenation in Colonial and Postcolonial Portugal», *Etnográfica*, vol. 6,

se processou a transição do país para a democracia e o concomitante processo de descolonização, o posicionamento periférico de Portugal na União Europeia, o lugar dos imigrantes (oriundos das ex-colónias e de outras proveniências) dentro do espaço nacional<sup>(70)</sup>. Mas, mais importante, deve questionar a condição de indivíduos e grupos, a permanência de lógicas de organização social, de relações de poder assentes em poderosos mecanismos de classificação e de categorização herdados do período colonial e que operam hoje, muitas vezes, por intermédio de categorias que eufemizam esse poder e ocultam a sua génese. Tal pressupõe a indagação das formas pelas quais essas categorias são apreendidas, vividas e praticadas, por aqueles que fazem uso dessas representações em tempos pós-coloniais.

### Os capítulos

O conjunto de capítulos aqui apresentado resultou de um longo processo de discussão entre autores que partilham temas de investigação, mas também perspectivas comuns sobre esses temas. Provenientes de diferentes tradições disciplinares dentro das ciências sociais, os autores trataram os seus objetos a partir das suas referências e metodologias, o que torna este volume particularmente diverso. As leituras cruzadas entre os autores, bem como os pareceres críticos dos vários *referees* anónimos, como sempre acontece na coleção História & Sociedade, muito contribuíram para a construção deste livro.

Parte destes capítulos trata do período colonial, focando, na maioria dos casos, a presença portuguesa em África no século XX. É o que sucede nos capítulos de Isabel Castro Henriques e Miguel Pais Vieira, sobre as cidades angolanas, de Nuno Domin-

n.º 1 (2002), pp. 181-200; Rosa Cabecinhas, *Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma Análise Psicossociológica da Homogeneização das Minorias*, Tese de doutoramento (Braga: Universidade do Minho, 2002).

(70) Manuela Ribeiro Sanches, *Portugal não é um País Pequeno: Contar o 'Império' na Pós-colonialidade* (Lisboa: Cotovia, 2006).

gos, sobre Lourenço Marques, de Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto Cruz em relação à ação política sobre o território e as populações que se seguiu aos acontecimentos no Norte de Angola que desencadearam a guerra colonial em 1961, e de Harry G. West sobre o processo de ordenação do território e das populações no Norte de Moçambique. Neste último caso, a sua análise estende-se desde o período pré-colonial até à atualidade.

O texto de Isabel Castro Henriques e Miguel Pais Vieira, debruçando-se sobre o «facto urbano colonial em Angola», apresenta também uma análise de tempo longo, onde a caracterização da emergência de cidades coloniais nesta colónia portuguesa é antecedida pela análise das «cidades africanas». Estes núcleos urbanos eram espaços diversos, com organizações próprias que introduziam ruturas na própria morfologia das sociedades locais, enquanto meios de inovação, troca, invenção técnica e de ajustamento funcional a dinâmicas estruturais que evoluíram com o tempo. A presença colonial transformou, em escalas diferentes, a estrutura destas cidades africanas, impondo novos métodos de organização e de funcionalidade, adaptados aos interesses do colonizador, e que implicaram um controlo e uma segregação sobre as populações locais. A história das cidades angolanas é a expressão de um processo de domínio colonial, representado na materialidade do espaço urbano e dos seus edifícios, mas também na organização social, permeável aos ritmos da história económica e política. Recorrendo a elementos fotográficos para reforçar o seu argumento, os autores demonstram como a forma urbana se constituiu num terreno privilegiado do político e das lutas pela imaginação de uma sociedade. Neste quadro, as populações locais também foram, mesmo durante o período de domínio colonial, construtoras das suas cidades, que habitaram e transformaram.

Em «A desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão-de-obra em Lourenço Marques», Nuno Domingos parte do exemplo da capital de Moçambique para interpretar o modo como o campo do poder colonial, num período de modernização económica, procurou lidar com o «problema» da população que se acumulava nos subúrbios da

cidade. Participando criativamente na construção destas cidades, estas populações viam as suas vidas condicionadas pela ação colonial sobre a organização urbana. Num período de forte propaganda, assinalado pelo fim do indigenato, mais do que cidadãos imperiais integrados num todo cultural partilhado, os habitantes do subúrbio continuavam a ser fundamentalmente concebidos enquanto mão-de-obra. Os projetos de modernização procuravam «racionalizar» esta força laboral, tornando-a não apenas mais eficaz e estável, mas também envolvendo-a de um modo mais orgânico com a economia monetária, ao estimular, por exemplo, os seus hábitos de consumo. A verdade é que os dados empíricos produzidos pela própria ciência colonial sobre a população da cidade revelavam a continuação de um sistema de reprodução barata de uma mão-de-obra que vivia em condições muito precárias, o que afetava os seus hábitos e a sua forma de ver o mundo. A questão da mão-de-obra, num quadro definido pela racionalização da produtividade e pela questão da integração social, continua assim a definir a cronologia do colonialismo português.

Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto Cruz, em «Cidades coloniais: fomento ou controlo?», recorrem a um estudo de caso sobre o realojamento de populações na cidade de Carmona (Uíge) para mergulharem em profundidade no exercício da ação colonial, revelando as dinâmicas estruturais que condicionam agentes, instituições e as contradições entre as políticas no terreno e a retórica de propaganda promovida pelo próprio regime. Utilizando um conjunto de fontes precisas, os autores concentram-se na reação portuguesa aos levantamentos no Norte de Angola em 1961 que irão dar início à guerra colonial. Dos relatórios políticos e administrativos, emerge uma conceção estatal das populações locais, a qual decorre não apenas de uma representação mas de uma prática concreta. Enuncia-se assim a lógica de um exercício político que junta a coerção e a violência a técnicas de urbanização, de reordenamento do território e de povoamento. Este sistema de dominação – localizado a um nível infraestrutural e bem localizado – era motivado pelo interesse na gestão política e social, pela permanência de práticas

de segregação e de cooptação de estruturas políticas tradicionais, mas também pela necessidade de manter o fornecimento de mão-de-obra às populações de colonos e de responder aos grandes interesses económicos locais.

O texto de Harry G. West trata também das questões do povoamento e do ordenamento do território, embora apresente uma cronologia mais extensa. Focando o caso de Mueda, no Norte de Moçambique, cuja história está também indelévelmente associada à violência colonial, o autor traça uma interpretação histórica das formas de territorialização do poder desde o período anterior à presença portuguesa até ao momento pós-colonial. Apresentando uma perspetiva que parte da inquirição etnográfica das populações que viveram estes processos, embora recorrendo também a outras fontes, Harry G. West oferece-nos um olhar sobre a dinâmica de territorialização do poder a «partir de baixo». Fala-nos da relação das populações com o poder tradicional, com as suas estruturas práticas e simbólicas, sujeitas também a evoluções, e o modo como foram transformadas pela chegada do colonizador, do Estado colonial que cobrava impostos, da empresa que beneficiava do trabalho forçado. Foca também os planos coloniais de povoamento e de deslocação ordenada das populações. No período pós-colonial, a alegria da libertação do jugo do colonizador não libertou as populações do norte de Moçambique de lógicas de dominação perenes. Os habitantes de Mueda, condicionados por estas relações de poder, são representados aqui enquanto os construtores da realidade em que vivem e em relação à qual vão reagindo.

O texto de Filipa Lowndes Vicente fala-nos sobre o que sobrou das antigas cidades da Índia portuguesa no final do século XIX («As ruínas das cidades: história e cultura material do Império português da Índia [1850-1900]»). O olhar de Gerson da Cunha, historiador goês, estabelecido em Bombaim, cria um lugar único a partir de onde se produz uma representação sobre o Império, ou melhor, sobre as suas ruínas. A procura de uma materialidade, a utilização de um método científico moderno, afim das melhores práticas europeias, a seleção das fontes, os usos da fotografia, serviam um olhar indiscutivelmente

afetado por uma condição social e cultural. Desse olhar, que procurava recuperar o passado português enquanto objeto perdido no meio da força da ciência britânica e da sua narrativa histórica imperial, acaba por fixar uma presença colonial baseada em edifícios religiosos, militares e administrativos que na altura jaziam abandonados. Se a ruína permitia construir um discurso historiográfico sobre a experiência imperial portuguesa na Índia, ela era também sinal de um passado que, pelo olhar do historiador, não deixou muito mais do que ruínas.

No final do século XIX, quando Gerson da Cunha procurava relatar esse passado português, o projeto imperial deixara ainda algumas possessões na Índia, mas virara-se definitivamente para África. É sobre alguns dos filhos mais ilustres dessa África governada pelos portugueses que escreve Manuela Ribeiro Sanches em «Lisboa, capital do Império. Trânsitos, afiliações, transnacionalismos». Foi em Lisboa que, a partir da década de 40, um grupo de estudantes das colónias africanas se juntou. O espaço criado pelo Estado Novo para formar elites coloniais, a Casa dos Estudantes do Império (1944-1965), foi para estudantes, tais como Mário Pinto de Andrade, Alda Espírito Santo, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Noémia de Souza e Amílcar Cabral, o local de maturação de um conjunto de ideias sobre a condição dos seus territórios e populações. A Lisboa triste do salazarismo surgia para estes jovens como uma zona de contacto, um espaço moderno de leituras e de partilhas. A geografia da cidade ficou marcada por um conjunto de percursos africanos, de encontros políticos, consumos literários e trocas teóricas que circulavam por cidades europeias e através de mediadores privilegiados que davam forma a imaginações e aspirações, por vezes conflituais: a negritude, o pan-africanismo, o marxismo, o nacionalismo. No coração do Império colonial português, mau grado as diferenças que os separavam – a origem, a cor da pele, a classe social – os estudantes discutiram o futuro do continente africano, que dispensava tanto a soberania portuguesa, como a dos outros Impérios coloniais.

O projeto da Casa dos Estudantes do Império não era o único que revelava as tensões e contradições inerentes às polí-

ticas de dominação colonial. É sobre estes processos pouco lineares que escreve Marcos Cardão («'A juventude pode ser alegre sem ser irreverente'. O Concurso Yé-Yé de 1966-67 e o luso-tropicalismo banal») ao debruçar-se sobre um concurso de música popular moderna organizado pelo Movimento Nacional Feminino. Esta instituição revelou-se, durante a guerra colonial, como um dos apoios mais efetivos à propaganda do regime de Salazar. O que Marcos Cardão trata neste livro é do modo como o Estado Novo procurou penetrar em formas de cultura popular emergente para construir um conjunto de consensos acerca da unidade nacional e imperial, suscitando formas de luso-tropicalismo banal. Para isso aproximou-se de práticas que se revelavam populares junto da «juventude», categoria cujo crescimento recente se sustentava no aumento da escolaridade em Portugal. A juventude tornara-se assim num «problema social e político» que convinha controlar. Encontravam-se sobretudo nestas condições os filhos e filhas das classes médias ou das pequenas burguesias em ascensão, que tinham tempo e disponibilidade para, ainda fora do mundo do trabalho, consumir os produtos culturais fomentados pelos meios de comunicação de massa, pelo disco, pela rádio e pela televisão. Muitos jovens encontraram nestes embriões de subculturas juvenis meios de expressão de aspirações de consumo e a possibilidade de romper com um conjunto de convenções sociais. A cultura popular urbana, não apenas em Lisboa mas nas grandes cidades coloniais, surgiu então com um espaço particular de luta, o que alarga necessariamente o âmbito dos estudos sobre o campo político.

A finalizar esta segunda parte, Elsa Peralta apresenta-nos um estudo de caso sobre o modo como uma zona particular da cidade, Belém, se transformou numa «paisagem cultural» que explícita e implicitamente transmite um conjunto de noções e sensações sobre a história de Portugal, em especial sobre o período colonial. Em «A composição de um complexo de memória: O caso de Belém, Lisboa» a autora percorre o tempo de construção de um lugar de memória oficial, composto por um conjunto de edifícios e espaços cujas funções, administrativa, cien-

tífica, religiosa, comemorativa, turística concorrem para a criação de uma conceção glorificada da história de Portugal e nomeadamente do chamado período dos «descobrimentos». Apesar de atravessar diferentes tempos políticos, das suas construções e espaços expressarem interesses distintos, servidos por técnicas, estéticas e lógicas próprias, parece subsistir em Belém, até aos dias de hoje, uma narrativa dominante sobre a história de Portugal. Neste lugar de composição de um complexo de memória, parecem não existir meios de contestar e discutir uma versão oficial da história portuguesa, glorificada, que hoje se manifesta sobretudo como modo de atração turística. Através deste percurso empírico, a autora explora as complexidades inerentes aos processos de composição das memórias públicas nacionais, caracterizados pela conformação de diferentes temáticas e temporalidades numa narrativa coerente e unívoca, pela constante re-narrativização dos sentidos atribuídos ao passado conforme as circunstâncias de cada momento e pela inscrição mnemónica no espaço por via da sua representação material.

Na terceira parte deste livro situamo-nos na Lisboa contemporânea. Depois do fim do Império português em África, em 1975, o legado do poder colonial português não desapareceu da capital do país. A grande maioria dos antigos sujeitos do Império africano, que na Guiné, em Angola e Moçambique foi até 1961 considerada indígena, transformou-se em população estrangeira, potencialmente imigrante. A alteração de estatuto, vincada pela mudança da lei da nacionalidade em 1975, ao se abandonar o critério do solo para se adotar o critério do sangue, não deixa de ser significativo <sup>(71)</sup>. A presença destes imigrantes, até hoje, distingue as vivências na cidade de Lisboa e suscita um conjunto de interrogações sobre as ruturas e continuidades que atravessaram esta transição. Um dos objetivos fundamentais deste livro foi perceber de que forma um conjunto de sistemas de classificação simbólicos, base de categorizações de poder que justificavam quadros de relações profundamente

(71) Em 2006 esta lei sofreu uma alteração e adotou-se um estatuto misto.

desiguais, desde logo a já referida oposição entre o indígena e o civilizado, se reformulam no tempo, em especial durante a transição que marcou o fim do Império africano. Um tal procedimento obriga a pensar o colonial não só como resultado de uma relação cultural, mas sobretudo como uma relação de poder.

É no contexto urbano, como o de Lisboa, que as relações sociais que envolvem imigrantes das antigas colónias portuguesas em África são enquadradas por políticas institucionais, práticas laborais e sistemas de interação quotidianos que reproduzem categorizações e representações, fortemente racializadas, e reforçam a existência de continuidades com a situação colonial. É de notar que a força dos mecanismos de reprodução em causa é extensiva a outros grupos, caso dos brasileiros provenientes de uma onda de imigração mais recente. Neste quadro, as populações imigrantes procuram adaptar-se e conquistar o seu lugar na cidade, que constroem com os saberes que acumularam e que expressam no modo como imprimem uma marca própria à cidade. É disso que Eduardo Ascensão nos fala em «A barraca pós-colonial: materialidade, memória e afeto na arquitetura informal». Neste capítulo somos confrontados com as micronarrativas de vida dos habitantes do bairro da Quinta da Serra nos arredores de Lisboa. O autor centra-se nos processos de construção do bairro, mais concretamente no conhecimento implicado nas técnicas e estéticas que envolvem a autoconstrução de habitações, no âmbito do que é designado por arquitetura informal. Nesta autoconstrução estão impressas as vidas de quem constrói e de quem habita, as suas memórias, os conhecimentos e as imagens que produzem do espaço habitacional, bem como as funções que lhe atribuem. Enfrentando condições de marginalização severas, visíveis na sua relação com o Estado, estes habitantes constroem também a cidade. Muitos deles atravessaram a experiência colonial e sentiram, depois, já na antiga metrópole, a manutenção de formas de dominação e invisibilidade.

O modo como a população brasileira instalada no bairro de Arroios transformou este lugar central de Lisboa foi um dos

interesses que guiaram a investigação de Simone Frangella em «'Fomos conhecer um tal de Arroios'; construção de um lugar na imigração brasileira em Lisboa». A maior comunidade imigrante em Portugal encontrou neste espaço um conjunto de condições de habitabilidade que se ajustaram às suas redes e recursos, bem como à sua disponibilidade para ocupar determinados lugares no mercado laboral. A investigação sobre estes imigrantes brasileiros permitiu à autora recuperar a história de um bairro «invisível», sem uma característica histórica ou turística que o torne suficientemente distintivo para lhe proporcionar uma identidade vincada. Um parque imobiliário em decadência e uma população envelhecida tornaram-se condições imprescindíveis para a chegada dos imigrantes. As suas lojas, locais de entretenimento, de culto religioso, bem como a sua presença nas ruas e no quotidiano transformaram a vida deste espaço lisboeta. O quadro de representações que historicamente ajuda a construir imagens sobre a população imigrante como também acerca da população portuguesa constituiu-se como elemento fundamental de avaliação desta integração urbana. Estas representações tornam por vezes as interações mais simples, como se as ações se ajustassem a uma expectativa de comportamento pré-codificado. Isto sucede, por exemplo, em contextos laborais, onde se espera dos brasileiros a reprodução de um comportamento alegre e convival. Em muitas ocasiões, no entanto, são momentos de recuperação de um conjunto de estereótipos que invocam velhas imagens coloniais e que se tornam operativos como parte de um processo de categorização do «outro». Muitos brasileiros sentiram a força destas categorizações, quando procuraram encontrar casas, no decorrer das suas experiências de trabalho e nas suas interações quotidianas.

A adaptação das populações imigrantes a lugares urbanos específicos e determinados mercados de trabalho, com os quais passam a ser identificados, é o tema principal do texto de José Mapril, «Um lugar estrutural? Legados coloniais e migrações globais numa rua em Lisboa». Partindo da sua própria investigação no Martim Moniz, o autor sugere que o trânsito migratório das antigas colónias portuguesas criou um lugar estrutural

particular, conotado com posições de trabalho desqualificadas e com determinadas esferas da oferta comercial. Bairros degradados do centro de Lisboa, historicamente habitados por populações pobres, entre as quais se encontravam minorias e contingentes migratórios, tornaram-se nos espaços de acolhimento destes novos migrantes. Foi aí que desenvolveram redes e atividades. Para muitos isto significava retomar conhecimentos e experiências adquiridas no âmbito do quotidiano nas cidades coloniais da África portuguesa. Este lugar, inicialmente ocupado por indivíduos com uma experiência no contexto do colonialismo português, proporcionou as condições ideais para que, mais tarde, outras populações imigrantes em trânsito o viessem a ocupar. A recomposição populacional da rua do Bem Formoso, na Mouraria, oferece uma base empírica ao argumento do autor. É impossível pensar este lugar estrutural sem analisar as condições do mercado habitacional na cidade de Lisboa e o modo como o Estado e os interesses imobiliários atuam para configurar a morfologia de um espaço. Esta análise permite reforçar o interesse em tomar as relações coloniais como relações de poder com características discerníveis no período pós-colonial e em diferentes contextos. Tais relações reproduzem-se por intermédio de dinâmicas de construção de diferenças, que apresentam um lógica estrutural na sociedade portuguesa, e traduzidas em categorias de dominação simbólica, como todas aquelas que reificavam processos de racialização de grupos e populações.

O texto de Nuno Dias retoma a ideia de lugar estrutural. Em «A colónia, a metrópole e o que veio depois dela: para uma história da construção política do trabalho doméstico em Portugal», o autor sugere a existência de uma homologia de classe na posição estrutural do trabalho doméstico em três contextos urbanos diferentes. Assumindo que estes três momentos estão sujeitos a processos simbólicos próprios de constituição da alteridade, Nuno Dias prefere salientar os mecanismos de exploração de classe próprios da condição do trabalho doméstico. Estes não implicam apenas uma condição material desqualificada, mas uma subordinação prática e simbólica particular. Se entre

as formas de exploração do trabalho doméstico nas grandes cidades da África imperial portuguesa, as migrações de «criadas» do campo para a cidade no Portugal do pós II Guerra Mundial e a condição das empregadas domésticas imigrantes na atualidade subsistem processos de diferenciação distintos, entre estes momentos persistem práticas comprovam uma forte homologia estrutural. Ao defender este ponto de vista, o autor procura chamar a atenção para os benefícios interpretativos inerentes à utilização do conceito de classe em perspectiva comparada, e em contextos históricos distintos. Tal operação permite perceber continuidades em processos de dominação económica que tendem a ser ocultados pela hegemonia de uma história política, presente por exemplo na polarização entre o colonial e o pós-colonial, ou mesmo nas interpretações que tendem a não articular os processos de racialização e de construção da alteridade com a posição económica.

Por fim, Nuno Oliveira debruça-se sobre o processo de governança da diversidade cultural, associado à mercantilização da ideia de mistura cultural ou interculturalidade na capital portuguesa. Em «Lisboa redescobre-se. A governança da diversidade cultural na cidade pós-colonial. A *Scenescape* da Mouraria», o autor encontra nos planos de reabilitação urbana no bairro da Mouraria semelhanças com processos que ocorreram noutras cidades europeias. Nestes contextos, a ideia de uma interculturalidade mercadorizável, ou seja, convertível em recurso económico e simbólico, serviu planos de reconversão urbana e social, surgindo como uma dimensão específica dos projetos das chamadas «cidades criativas». A atração de novos grupos sociais para bairros que, apresentando uma centralidade, têm uma história recente de degradação, passa também pela disseminação de uma ideia de espaço e convivialidade quotidiana baseada numa conceção de convívio cultural e de encontro de culturas, mais especificamente de uma «vantagem da diversidade» propensa a fomentar estilos de vida e consumos pós-modernos. Nuno Oliveira argumenta que este «étnico permitido» acaba por ocultar as condições reais de marginalização e discriminação em que vivem grande parte destas populações.

Mais do que isso, ao acrescentarem valor económico e simbólico ao espaço urbano, estas imagens multiculturais desencadeiam um processo de renovação que em muitos casos afasta desses mesmos bairros as populações mais empobrecidas, sejam ou não de origem imigrante. Para o autor, a criação de uma ideia turística e imobiliária de uma Lisboa multicultural e harmónica, cimento de um consenso social, convoca velhas noções presentes na propaganda colonial, firmadas na mitologia luso-tropical e que, com a força inerente aos processos de reprodução, se reatualizam em tempos pós-coloniais.

NUNO DOMINGOS

ELSA PERALTA